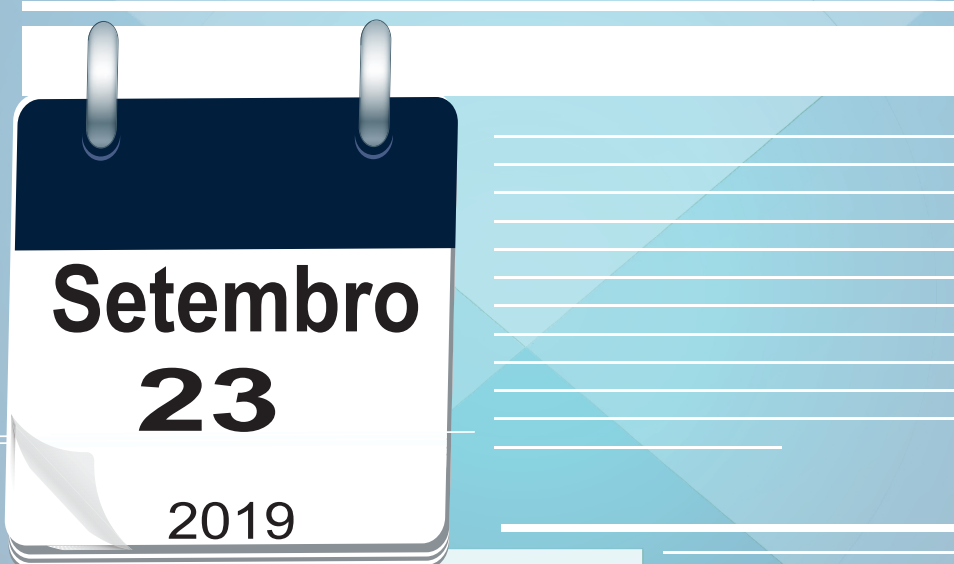


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fernando Carneiro é afastado do TCE

EXONERAÇÃO O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) publicou ontem portaria de afastamento, sem direito a remuneração, do procurador de Contas Fernando Carneiro. A portaria assinada pelo presidente Celmar Rech atende decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), do dia 3 de setembro, em favor da anulação de concurso público de 20 anos atrás do TCE-GO. Fernando protocolou recurso ontem no TJ-GO. Ele disse que soube da "exoneração" pelo Diário Oficial do tribunal. A 6ª Câmara considerou que houve



irregularidades no concurso. A decisão só atinge Fernando Carneiro, que tem histórico de enfrentamento com conselheiros e os três Poderes no Estado.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Poderes decidem que não terão datas-bases e definem estratégia no STF

Reunidos na tarde de ontem, governo estadual, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e os tribunais de contas do Estado e dos Municípios acordaram que não haverá datas-bases no Estado neste ano. A decisão vale inclusive para as reposições salariais do MP e do TJ, já aprovadas de maneira definitiva pelos deputados estaduais, e foi tomada diante das dificuldades de enquadramento aos gastos com pessoal após o Supremo Tribunal Federal determinar a reinclusão das despesas com pensionistas e encargos trabalhistas. Na reunião também ficou definido que o governador Ronaldo Caiado (DEM) agendará audiência de todos os presidentes de poderes e órgãos estaduais com o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, para tratar da necessidade de se estabelecer regras para a modulação dos gastos, com ampliação dos prazos para a adequação. O mesmo será feito pelas procuradorias geral do Estado (PGE) e da Assembleia através de embargos de declaração. Conforme o apurado, um dos argumentos será o de que o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional, prevê adequação até 2024, com redução de 20% ao ano. A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula prazo de oito meses, mas o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), aponta que há consenso de que serão necessários pelo menos três anos.



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Ampliou

A conselheira do CNJ Maria Tereza Uille, relatora da ação que questiona o pagamento de URV no TJ-GO, pediu que o Conselho Nacional do Ministério Público informe se existe questionamento no órgão sobre pagamento de URV a membros do MP-GO.

Protelando

A representação, feita pelo Ministério Público de Contas em fevereiro, caminha sem decisão no CNJ. O mesmo despacho, inclusive, também intima o TCE-GO a informar se o Tribunal pagou URV. TJ, MP e TCE devem somar R\$ 2,1 bi com esse tipo de pagamento.



Fio Direto

HELTON LENINE

Afastamento I

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) publicou portaria assinada pelo presidente Celmar Rech de afastamento, sem direito a remuneração, do procurador de Contas Fernando dos Santos Carneiro.

Afastamento II

O TCE cumpre decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás, favorável à anulação de concurso público de 20 anos atrás. Fernando Carneiro protocolou recurso ao TJGO.



Estado moderniza incentivos fiscais

Governo de Goiás vai substituir os programas Produzir e Fomentar pelo ProGoiás, com reforço na transparência

Dayrel Godinho

Especial para O Hoje

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), apresentou nesta semana um novo plano de incentivos fiscais, com o intuito de “acelerar o desenvolvimento” do Estado. Intitulado “ProGoiás”, o programa vai atender as indústrias, com a preocupação de manter a transparência.

O ProGoiás vai substituir os programas de incentivos que já estavam em vigência no Estado desde 1984, por meio do Fomentar (1984), o Produzir (2000) e o Crédito Especial para Investimento (1999). Não haverá mais contratos de incentivos fiscais com base nos programas agora extintos, no entanto, quem estiver com os adequados aos incentivos antigos, pode continuar, se achar mais vantajoso.

O programa será concedido sob forma de crédito outorga-



Presidente da Adial diz que programa se ajusta à fase da economia

O presidente da Associação Pro Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otavio Lage Filho, acredita que este novo programa de incentivos fiscais se adequou à situação econômica vigente.

“É justo que o Estado ajuste seu programa a um sistema mais simples e sem muita burocracia”, avalia. Ele acredita que “vai ser muito ágil” e “vai atender regiões que não são atendidas, melhorando a qualidade de vida para as pessoas destas regiões”.

O presidente, porém, não menospreza as outras for-

do de até 60% ou 67% do saldo devedor correspondente a operações com produtos de industrialização própria. Com diferenciação por município, de acordo com o seu desenvolvimento econômico. Após a concessão, será realizado ainda o monitoramento das empresas, o que não existe hoje, possibilitando uma reavaliação a cada três anos.

O final das concessões do Fomentar e do Produzir, segundo o governo, se dá por oito motivos. Entre eles as decisões contrárias ao Estado para o cumprimento do programa; o valor financiado e o procedimento da concessão, comprovação e auditoria das empresas, “extremamente onerosos, moroso e não têm segurança jurídica” e também envolvem vários órgãos como Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), GoiásFomento e Secretaria da Economia.

Segundo informações, as decisões judiciais envolvendo 20 anos de tramitação, em execução, inviabiliza o Estado. São

Empresários poderão escolher permanecer no programa vigente, ou aderir ao ProGoiás

25% x R\$ 3 bilhões x 20 anos = R\$ 15 bilhões. Esse montante é praticamente uma arrecadação anual de ICMS, segundo a Secretaria de Economia.

O Estado vê, no ProGoiás, uma proposta para institucionalizar as informações relativas aos beneficiários dos incentivos fiscais e também para acelerar na concessão dos créditos outorgados. Segundo o governo, o programa “equivalerá” ao Fomentar e ao Produzir.

Durante o Fórum Empresarial, na última quinta-feira (19), a proposta foi apresentada pela secretária de Economia, Cristiane Schmidt, que enfatizou a necessidade de reorganização da política de incentivos fiscais, acabando com suas distorções, mas sem prejudicar os empresários. O novo modelo também “traz mais transparência à concessão de incentivos, o que não ocorre no modelo atual, que é alvo de uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado (Alego)”.

A proposta de implementação do ProGoiás vai seguir as normas do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e se efetivaria pela adesão ao incentivo fiscal para o setor industrial concedido pelo Estado do Mato Grosso do Sul, que também já foi adotado pelo DF, e é equivalente ao Fomentar/Produzir.

Prazo

A concessão por prazo certo e não por valor estimado de fruição também está prevista, assim como a equivalência ao Fomentar e Produzir, em termos de valor do incentivo. O ProGoiás também dispensa agente financeiro na operacionalização e seu trâmite é feito exclusivamente na Secretaria de Estado da Economia.

Transição

A proposta, segundo os técnicos do governo, possibilita a migração dos atuais beneficiá-

rios dos programas Fomentar e Produzir para o novo programa, ou a manutenção para os atuais beneficiários. Porém, existe a vedação para novos contratos de financiamento pelo Produzir e Fomentar. Já a continuidade dos subprogramas do Produzir e do Crédito Especial para Investimentos fica garantida.

Quem estiver enquadrado nos programas atuais e quiser migrar para o ProGoiás deve realizar o pedido na Secretaria de Estado da Economia e renunciar, em caráter irrevogável e irretratável, ao Fomentar e Produzir. Sendo garantida a eles a fruição do benefício pelo prazo máximo; fruição do crédito outorgado no percentual de 67% para os beneficiários do MicroProduzir e do Produzir cuja parcela mensal do financiamento seja de 98%, na data de enquadramento ao ProGoiás e 60% para os demais; manutenção da média do ICMS – projeto original.

mas de créditos. “Cada um atendeu um momento econômico que viveu o Estado: o Fomentar foi importantíssimo e somou muitos empreendimentos. Depois veio o produzir, que fez algumas alterações e simplificações, mas que ainda existia aquela questão do Estado fazer um incentivo fiscal contrariando a legislação vigente”, criticou Lage Filho, que entende que o programa poderia ser considerado financeiro, e não de incentivos fiscais.

Novos investimentos

Lage Filho também avalia que, com os novos incentivos, a “roda vai girar” com maior intensidade e os empresários terão mais possibilidades de investimento, com a possibilidade de gerar mais empregos, aumentar o comércio e também de trazer competitividade entre as empresas que se estabelecerem no Estado. “Os empregos vão surgir a medida que os investimentos forem feitos no Estado”, concluiu.



Detran adia prazo para credenciamento de fabricantes de placas

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO) prorrogou o prazo de credenciamento de empresas que realizam fabricação, estampagem, fixação e lacração de placas e tarjetas de identificação veicular das novas placas padrão Mercosul no Estado. Isso porque o órgão prevê a realização de um estudo de viabilidade em relação à quantidade de empresas necessárias para atendimento da frota, o que ainda não foi apresentado. Com o adiamento, as empresas interessadas terão mais tempo para se adequarem.

Conforme o Detran, agora o prazo de aplicação passa a ser 1º de outubro. As normas possibilitam ainda que empresas de qualquer região se credenciem para realizar os serviços em Goiás, sem a aplicação dos critérios de seleção atuais, que visam afastar irregularidades no processo. A justificativa para abertura do credenciamento é que isso traria maior competitividade e diminuiria os custos de pagamento por parte do cidadão.

Em junho, governo do Estado anunciou que o valor máximo das placas para veículos em Goiás seria de R\$ 120. Entretanto, o consumidor paga ainda

alguns tributos estaduais com o de transferência de propriedade (R\$ 233,15), a vistoria (R\$ 108), a taxa de autorização (R\$ 25,79) e, caso haja transferência entre municípios, a mudança de domicílio (R\$ 50,99). Sendo assim, o valor das placas representa pouco mais de 20%, sendo que os quase 80% restantes são destinados à arrecadação estadual.

Goiás se tornou referência nacional quando o assunto é emplacamento. Isso porque o atual sistema oferece uma rastreabilidade de processo que dificulta irregularidades. Para o Capitão Castanheira, do Comando de Divisas do Estado de Goiás (CODE), o modelo facilitou o trabalho de fiscalização, graças aos parâmetros de auxílio e a confiabilidade. "Ele reúne diversos protocolos de segurança. Desde 2014, quando o sistema foi implantado, nós, que fazemos o enfrentamento de crimes e fiscalização, não detectamos nenhuma placa afixada em veículos clonados ou adulterados oriundos de fabricante credenciado", explica. **(Higor Santana é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de cidades Rhudy Crysthian)**

Moradia

Governador Ronaldo Caiado entrega 473 escrituras a moradores do Madre Germana I

21/09/2019 17:36 *** Por Italo Wolff ***

Moradores do Madre Germana II também devem ser beneficiados pelo Governo do Estado, com investimentos recuperados pelo Estado junto à União.



Neste sábado, 21, o governador Ronaldo Caiado (DEM) entregou 473 escrituras aos moradores do bairro Madre Germana I, em Aparecida de Goiânia. Assinaturas para o registro de outras 271 escrituras em cartório também foram coletadas. O investimento foi realizado por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab) como etapa do programa de regularização fundiária urbana de interesse social das áreas do domínio do Estado de Goiás.

O programa de legalização dos bairros tem objetivo de entregar, até o final dos quatro anos de mandato de Ronaldo Caiado, mais de 20 mil escrituras em todo o Estado. “Estamos avançando naquilo que o povo de Goiás deseja: ter sua casa escriturada para que a pessoa possa ter a garantia da propriedade. Para mim, melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem em Goiás é o objetivo principal”, afirmou Caiado na ocasião da entrega de escrituras.

Mônica Aparecida de Oliveira, 50, foi uma das beneficiadas na ação. A dona de casa que reside há 15 anos no Madre Germana I afirmou que a entrega das escrituras traz mais tranquilidade e dignidade para as famílias do bairro. “Para gente é mais segurança. Agora o lugar que a gente vive realmente é nosso. É muito importante você ter um documento que atesta que o imóvel é seu”, afirmou.

Durante a entrega deste sábado, o governador Ronaldo Caiado anunciou que cerca de R\$ 15 milhões serão destinados à promoção de melhorias no bairro Madre Germana II – recurso que foi recuperado junto ao Governo Federal.

O vice-governador Lincoln Tejada, que também esteve presente na cerimônia, ressaltou que a ação resgata o compromisso do governador Ronaldo Caiado em dar dignidade e qualidade de vida à população. “O governador, por meio da Agehab, vem fazendo isso com muita maestria. São pessoas que estão aqui há muito tempo e que merecem ter sua vida regularizada.”

Este programa do programa do Governo de Goiás já atendeu a mais de mil famílias na região Noroeste de Goiânia nos bairros Jardim Curitiba, São Domingos, Floresta, Primavera, Boa Vista, Vitória, São Carlos e Mutirão. Os documentos já foram encaminhados ao cartório para registro. O Governo do Estado pretende entregar 2 mil escrituras ainda este ano.

OPÇÃO (21/09)



Preocupação

Com mudança na OS, celetistas do Hugo temem demissões, mas ainda não há nada definido sobre

21/09/2019 09:00 --- Por Francisco Costa ---

SES-GO afirma que trabalha para que sucessão seja realizada de forma responsável, tranquila e respeitosa com os trabalhadores e com a população



Com o intuito de manter os contratos dos atuais trabalhadores com a mesma escala de trabalho (12x60) e salário no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), que está em processo de troca de Ordem Social (OS) administradora, os terceirizados da unidade realizaram uma manifestação, com possibilidade de paralisação.

Atualmente, o Hugo é gerido pelo Instituto Haver, mas a partir do dia 1º de outubro a organização passa para o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), o que tem deixado celetistas e concursados preocupados.

Os sindicatos temem que cerca de 300 trabalhadores sejam desligados da unidade. Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) afirmou que trabalha para que a sucessão na gestão da unidade seja realizada de forma responsável, tranquila e respeitosa com os trabalhadores e com a população.

Evitar prejuízos

O objetivo, conforme esclarecido pela secretaria, é garantir a continuidade dos serviços e atendimentos do hospital e evitar prejuízos para o Estado, para o serviço público, para os trabalhadores e para o cidadão. “Sobre a situação dos trabalhadores celetistas da unidade, a SES-GO informa que os critérios adotados para contratação e desligamento competem à Organização Social vencedora do certame, que deve atuar para manter a qualidade dos serviços e cumprir o contrato de gestão com as metas estabelecidas, assegurando a assistência aos cidadãos”.

Também foi informado pela SES-GO que esta tem se reunido com o Ministério Público e com o Ministério Público do Trabalho, com as duas OSs envolvidas no processo e com representantes dos trabalhadores da unidade, a fim de assegurar que os direitos trabalhistas sejam preservados durante a transição.

INTS

Já o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública garante que não há nada definido ainda sobre mudança no quadro de pessoas e enviou a seguinte nota:

“O INTS esclarece que:

Ainda não assinou o contrato com a Secretaria Estadual de Saúde, o que impede qualquer manifestação oficial sobre a gestão futura do Hospital de Urgências de Goiânia;

Qualquer manifestação ou ameaça de paralisação não são assuntos afeitos ao INTS porque a gestão da unidade ainda está sob os cuidados de outra Organização Social;

Ainda não há que se falar em demissões – muito menos em massa – nem mudança na carga horária de trabalho;

É lamentável que pessoas inescrupulosas insistam em disseminar o caos entre os trabalhadores e provocar desencontros com notícias fantasiosas sobre demissões e outros assuntos totalmente fora de contexto e inoportunos;

No momento certo haverá comunicação formal aos colaboradores, à imprensa, à comunidade em geral e às autoridades para que tudo transcorra sem atropelos e zelando pela continuidade dos serviços, além da manutenção da harmonia e da assistência à saúde da população usuária dos serviços do Hugo”.



Data-base dos servidores do Judiciário vai a segunda votação nesta terça-feira

23 de setembro de 2019 - 07:43

Está na pauta de votação definitiva do Plenário, marcada para esta terça-feira (23), o processo nº 5421/19, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Tribunal de Justiça de Goiás, concedendo o reajuste geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário, de 3,75% sobre os valores vigentes em 31 de dezembro de 2018, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2019.

Conforme o projeto, as despesas decorrentes desta lei serão custeadas com recursos consignados no Orçamento Geral do Estado ao Tribunal de Justiça. A propositura passará por mais uma votação em Plenário.

O projeto da data-base 2019 dos servidores do TJGO (nº 5421/19) foi aprovado em primeira votação em Plenário na Alego na tarde da última quarta-feira (18).